**HISTÓRIA E DEBATE SOBRE O SAEB NO BRASIL (2005 – 2021):** ainserção da avaliação censitária no sistema de avaliação educacional do país

**Mirian Souza da Silva** (CAp/UFAC)

(miriansouza16@hotmail.com)

**Mark Clark Assen de Carvalho** (UFAC)

(markassen@yahoo.com.br)

**RESUMO:**

Trata-se de um recorte do artigo “PERCURSO DO SAEB NO BRASIL: história e debate” que discute sobre avaliação estandardizada no Brasil com ênfase no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Para este, o objetivo é descrever o percurso do SAEB a partir de 2005 até a última edição, discutindo suas mudanças metodológicas e estruturais ao longo dos anos. Além disso, é realizado diálogo com alguns teóricos, entre eles, Bonamino (2016); Freitas (2018;2014) que discutem sobre a função do referido Sistema de Avaliação. A pesquisa é de abordagem qualitativa e para coleta de dados utilizou-se a pesquisa bibliográfica e análise documental. O estudo revela que são mais de 30 anos de Sistema de Avaliação da Educação Básica no Brasil e que ao longo desse percurso foram várias as mudanças na sua metodologia e estrutura, porém a que vem apresentado maiores repercussões no contexto escolar é a inserção da avaliação censitária, pois tem demonstrado inversão quanto ao objetivo deste sistema, que seria o de reorientar políticas educacionais.

**PALAVRAS-CHAVE**: avaliação estandardizada. SAEB. políticas educacionais.

1 INTRODUÇÃO

A avaliação estandardizada acontece em larga escala, envolve a aplicação de testes que são padronizados para todas as modalidades e níveis da educação, além disso, baseiam-se em diretrizes que são específicas. Elas direcionam os conteúdos e competências que serão avaliados e não se consideram as especificidades e as diversidades das diferentes regiões e localidades das escolas (BOMFIM, 2015).

No Brasil, este modelo de avaliação, intensificou-se desde a década de 1990 com a implantação do Sistemas de Avaliação da Educação Básica (SAEB), consequência daquilo que poderia ser apontado como resultado do grande destaque que o discurso da qualidade educacional ganhou, contribuindo para que os resultados da educação escolar fossem palco privilegiado do movimento em favor da regulação pública nacional.

Neste texto, tem-se como objeto de estudo, a avaliação estandardizada no Brasil, objetivando descrever o percurso do SAEB a partir de 2005 e apresentar alguns dos debates presentes na literatura, e que abordam as avaliações estandardizadas dando destaque ao SAEB. A análise discorre a partir do seguinte questionamento: o que muda no SAEB a partir da inserção de uma avaliação censitária?

Para a escolha da abordagem que direcionou a pesquisa, foi necessário considerar o objeto de estudo, razão pela qual optou-se, no caminho metodológico, por uma pesquisa de caráter qualitativo apoiando-se em análise documental e pesquisa bibliográfica.

Em relação as fontes documentais, vale ressaltar os documentos consultados: Histórico – Inep (2020); Sistema de Avaliação da Educação Básica -SAEB (acesso em 2022); SAEB - Iniciada a aplicação do SAEB 2021 (2021); Portaria nº 250, de 5 de julho de 2021 (2021); todos, tendo o Ministério da Educação como órgão responsável.

**2 RESULTADOS**

A partir da segunda metade dos anos 2000 o SAEB começou a dar ênfase aos resultados cognitivos da avaliação, ocorrendo:

O abandono paulatino da perspectiva sociológica que tinha pautado as experiências iniciais de avaliação em larga escala em favor de uma perspectiva cognitiva se evidencia no tratamento dispensado aos questionários contextuais e nas publicações do Inep relacionadas com o Saeb (BONAMINO, 2016, p. 120-121).

A partir da edição do SAEB em 2005, ocorreu uma reestruturação do sistema de avaliação por meio da Portaria MEC – nº 931, de 21 de março de 2005. Com esta portaria, fica estabelecido que o SAEB passará a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), que ficou mais conhecida como Prova Brasil (BRASIL, Inep, 2020).

A ANEB, que já estava instaurada, continuou sendo aplicada de forma amostral com alunos de escolas públicas e privadas, em contrapartida, a Prova Brasil (ANRESC) foi a grande mudança na forma de avaliar desde o início do SAEB, pois passa a acontecer de forma censitária, gerando resultado por escola.

De acordo com Freitas:

Em geral adotam avaliação censitária países comprometidos com a teoria da responsabilização, ou seja, que querem identificar o aluno, o professor e a escola para poder estabelecer algum tipo de responsabilização (leia-se algum tipo de contingência) que leve, em sua visão, estes atores a melhorarem. Sua filosofia educacional baseia-se no entendimento de que a escola vai mal porque os professores e gestores não realizam seu trabalho adequadamente. Daí o controle (FREITAS, 2014, n.p).

O autor tece uma reflexão abordando que o problema não está na avaliação, mas na forma censitária de avaliar, pois há por detrás do discurso da avaliação censitária, a intenção de responsabilização e controle, ou seja, na avaliação estandardizada realizada de forma amostral era possível auxiliar a política pública, porém sem evidência e pressão sobre cada escola avaliada.

Se o objetivo do SAEB é de reorientar as políticas educacionais, as avaliações amostrais seriam suficientes para cumprir com este papel, porém, observa-se que está havendo uma influência muito forte das políticas neoliberais no campo educacional, fazendo com que o sistema de avaliações atue como fiscalizador das escolas, ocasionando inversão de papéis.

Nas edições posteriores (2007, 2009 e 2011), é válido salientar a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O novo formato desenhado em 2005, permitiu ao Inep combinar “médias de desempenho dos estudantes, apuradas no SAEB, com as taxas de aprovação, reprovação e abandono, apuradas no Censo Escolar, e calcular o Ideb” (BRASIL, Inep, 2020, n.p).

Já em 2013, entre as alterações, destaca-se a nova reestruturação incluindo a alfabetização à medida que se deu a implantação da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), por meio da Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013 do Ministério da Educação.

Passando por nova reestruturação, em 2019, mormente à necessidade de se adequar à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o SAEB passou a orientar a elaboração dos itens dos (as) alunos (as) do 2º ano do Ensino Fundamental nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática de forma amostral; para o 9º ano do ensino fundamental, foi incluído o teste de Ciências também amostralmente, além disso, ANA, ANRESC e ANEB deixaram de existir, passando a ser todas nominadas apenas como SAEB. Nesta mesma edição, ocorre a aplicação de questionários para Educação Infantil, de forma amostral, por meio eletrônico para diretores e professores, secretários municipais e estaduais de educação.

A edição mais recente do SAEB, foi em 2021, seguindo os mesmos moldes e totalizando, até o presente momento, 16 (dezesseis) edições. Não há como debater sobre avaliação externa estandardizada no Brasil sem falar sobre o atual SAEB seja por sua organização e função, críticas, limitações e pretensão em querer desenhar contribuições às políticas educacionais no país.

**3 DISCUSSÃO**

A priori, sabe-se que o Sistema de Avaliação da Educação Básica visa cumprir com o papel de medir a qualidade educacional e, a partir disso, orientar e avaliar as políticas educacionais. Conforme exposto no próprio portal do Inep, “o resultado da avaliação oferece subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais” (BRASIL, Inep, n.p).

Porém, pode-se observar que a partir de 2005, houve a inserção da avaliação censitária, o que de acordo com Freitas (2018), é um dos indicadores de política de reforma empresarial da Educação. Desta forma, a direção passa a ser invertida, ou seja, as avaliações passam a fiscalizar as escolas, e as políticas públicas educacionais pouco sofrem alterações, e as escolas, gestores e professores acabam sendo responsabilizados pela qualidade educacional.

Freitas (2018) defende que os programas progressistas deveriam propor a extinção da avaliação censitária de larga escala, que ocasionam ranqueamentos, bônus e punições tanto para professores como para estudantes, pois na visão do autor esse tipo de avaliação deve ser amostral, conforme nas primeiras edições do SAEB.

Afonso (2000) com base nas análises de Richard Bates aborda que há na avalição da aprendizagem escolar dois objetivos diferentes e contraditórios: aqueles relacionados com os interesses administrativos que se apoiam na avaliação somativa e normativa ou em avaliação estandardizada; e aqueles que estão relacionados aos propósitos pedagógicos/educativos, utilizando a avaliação formativa, criterial e diagnóstica. De acordo com o referido autor, nesse tipo de avaliação – normativa com uso de testes estandardizados – os resultados quantificáveis predominam em relação às outras aprendizagens, defendendo que esse tipo de avaliação está relacionado de forma lógica com a ideologia de mercado, assim como defendido por Freitas (2018).

Nesta mesma direção, Bonamino (2012) concorda que, com a implementação da ANRESC (Prova Brasil) em 2005 e aplicação de testes censitários, há intenção de aumentar as consequências sobre as escolas, pois com ela permite-se acoplar a noção de responsabilização, uma vez que os resultados serão disponibilizados por escolas e isso pode incidir que a comunidade cobre que as escolas melhorem, com tendência a estreitamento curricular, como constatado em Silva (2016).

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base nos dados coletados e nas reflexões abordadas pelos teóricos utilizados, é possível indicar que o SAEB passa constantemente por diversas reformulações, entre estas, a inserção da avaliação censitária em meados dos anos 2000, tem sido algo bastante debatido no campo educacional, pois há evidências que com essa inserção há foco na análise dos resultados, em detrimento da análise contextual, além disso, vem acontecendo a inversão do objetivo inicial do Saeb, que ao invés de ser indicador para nortear políticas educacionais, despeja a responsabilidade da qualidade educacional nas escolas, gestores e professores.

A inversão do objetivo inicial obedece a lógica neoliberal envolto em um discurso implícito de que a qualidade educacional irá melhorar se houver a lógica do mercado, ou seja, escolas disputando entre si, com a proclamação de que quanto maior a média, melhor a qualidade. Além disso, o contexto social vem sendo deixado de lado evidenciando os resultados cognitivos que não são isolados.

Para que os agentes escolares possam repensar suas práticas é necessário que os resultados busquem descrever e refletir toda complexidade do âmbito escolar, complexidades essas, que na maioria das vezes, independem de ações e vontades dos profissionais da educação e, principalmente, dos(as) alunos(as).

**REFERÊNCIAS**

AFONSO, Almerindo. **Políticas educativas e avaliação educacional**. Braga: Universidade do Minho, 1998.

BOMFIM, Joina Alves. ESTADO E AVALIAÇÃO ESTANDARDIZADA CRITERIAL: a institucionalização da política educacional de quase-mercado. In: **VII Jornada Internacional Políticas Públicas**, Para além da crise global: experiências e antecipações concretas, 2015, São Luis/Maranhão, Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo13/estado-e-avaliacao-estandardizada-criterial-a-institucionalizacao-da-politica-educacional-de-quase-mercado.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BONAMINO, Alicia. SOUZA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/rtQkYDSjky4mXG9TCrgRSqJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BONAMINO, Alicia. A evolução do Saeb: desafios para o futuro. In: **Em Aberto**, Brasília, v. 29, n. 96, p. 113-126, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3155/2890>. Acesso em: 17 jan. 2022.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep. **Iniciada a aplicação do Saeb 2021**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/saeb/iniciada-a-aplicacao-do-saeb-2021>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep. **Histórico**. 2020. Disponível em:<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/historico>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep. **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).** Disponível em:<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep. **PORTARIA Nº 250, DE 5 DE JULHO DE 2021.** 2021 Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-250-de-5-de-julho-de2021330276260>. Acesso em: 25 jan. 2022.

FREITAS, Luiz Carlos. **A reforma empresarial da educação:** nova direita, velhas ideias. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos. A avaliação e o uso da avaliação. In: **Grupo de Pesquisa em Avaliação e Organização do Trabalho Pedagógico – GEPA**. 2014. Disponível em: <https://gepa-avaliacaoeducacional.com.br/tag/avaliacao-censitaria-avaliacao-amostral/>. Acesso em 18 jan. 2022.

SILVA, Mirian Souza. **A Prova Brasil como Política de Avaliação em Larga Escala: implicações sobre o currículo escolar e o trabalho pedagógico em escolas municipais de Rio Branco/AC**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Acre. Rio Branco-Acre. 2016.